

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.251 - SP (2019/0161003-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**SUSCITANTE** : **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A - MASSA FALIDA**  
**ADVOGADOS** : **ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO E OUTRO(S) - SP098628**  
**ALLISON DILLES DOS SANTOS PREDOLIN - SP285526**  
**Yael Anna Simha - SP140278**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E**  
**RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**  
**INTERES.** : **MARIA ANGELA EGER MEDINA**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência com pedido de liminar, em que é suscitante BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. – MASSA FALIDA e suscitados, o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO – SP e o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO – SP.

O suscitante informa que, em 12 de agosto de 2015, foi decretada sua falência e que, em razão disso, todos os ativos da massa devem ser reunidos no Juízo universal. Dessa forma, requereu e teve concedida, pelo Juízo falimentar, a transferência de importâncias depositadas em contas judiciais.

Alega que a Justiça do Trabalho se negou a transferir os valores entregues a título de depósito recursal, o que caracterizaria conflito positivo de competência com o Juízo da falência.

Postula, em caráter liminar, a transferência do montante consignado nos autos do processo laboral n. 002316-16.2014.5.02.001, bem como a atribuição de competência provisória ao Juízo universal. No mérito, pleiteia o reconhecimento da competência do JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO – SP.

Liminar parcialmente deferida às fls. 158/160 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 165/263 e 278/279 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal pela competência do Juízo da falência, nos seguintes termos (e-STJ fl. 281):

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DEPÓSITO RECURSAL. LEVANTAMENTO. POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR. ART. 6º, § 2º, DA LEI Nº 11.101/2005.

- Parecer pelo conhecimento do conflito, declarando-se a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo – SP.

É o relatório.

Decido.

Segundo a orientação da Súmula n. 568/STJ, o relator pode decidir monocraticamente o conflito de competência quando exista jurisprudência dominante do Tribunal sobre o tema.

É esse precisamente o caso dos autos. Existem decisões unipessoais, em conflitos de competência envolvendo recuperações judiciais, falência e execuções individuais, da lavra de praticamente todos os Ministros integrantes da Segunda Seção do STJ. Confirmam-se: CC n. 121.327/DF, Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 2/5/2012, CC n. 102.613/SP, Ministro MASSAMI UYEDA, DJe 7/10/2011, CC n. 118.574/SP, Ministro SIDNEI BENETI, DJe 27/10/2011, CC n. 118.524/SP, Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 4/5/2012, CC n. 120.454/SP, Ministra ISABEL GALLOTTI, DJe 30/4/2012, CC n. 116.410/SP, Ministro VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 27/4/2012, e CC n. 120.829/RJ, Ministro MARCO BUZZI, DJe 3/5/2012.

Busca-se fixar o juízo competente para dispor sobre bens do BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. – MASSA FALIDA.

A legislação infraconstitucional atribui exclusividade ao Juízo universal, onde é processada a falência, para a prática de atos de execução do patrimônio, inclusive trabalhistas, a fim de evitar a efetivação de medidas expropriatórias individuais.

A jurisprudência do STJ – na vigência do Decreto-Lei n. 7.661/1945 e da Lei n. 11.101/2005 – é pacífica quanto ao tema, conforme demonstram os seguintes precedentes:

Conflito de competência. Falência. Processo trabalhista. Depósito recursal. Levantamento.

1. Compete ao Juízo Falimentar decidir pedido de levantamento de depósito recursal efetuado pela falida, empregadora, nos autos de processo trabalhista. Irrelevante o fato do depósito ter sido efetuado antes da quebra. Decisão por maioria.

2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo suscitado.

(CC n. 32.836/MG, Relator Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Rel. p/ Acórdão Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/11/2001, DJ 31/3/2003.)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do

Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar.

(CC n. 101.477/SP, Relator Ministro MASSAMY UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/5/2010.)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. DEPÓSITOS RECURSAIS (CLT, ART. 899). POSTERIOR DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA EMPREGADORA. MOVIMENTAÇÃO E DESTINO DAS CONTAS RECURSAIS TRABALHISTAS. COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO UNIVERSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR. RECURSO DESPROVIDO.

1. No caso de sociedade empresária empregadora, cuja quebra venha a ser decretada posteriormente a depósito recursal realizado no curso de ação trabalhista, esta Corte já se pronunciou no sentido de que *"a destinação do numerário, inclusive em observância da par conditio creditorum, há de ser dada pelo juízo universal da falência"* (RMS 32.864/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 7/3/2012).

2. *In casu*, ademais, a determinação de transferência dos valores foi adotada porque se constatou não mais existir, em andamento, nenhuma demanda trabalhista contra a falida, não remanescendo, por isso, a possibilidade de utilização do depósito para seu objetivo recursal.

3. Recurso ordinário desprovido.

(RMS n. 34.604/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 31/3/2014.)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL X EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. LIQUIDAÇÃO E HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. NATUREZA EXTRACONCURSAL. DELIBERAÇÃO ACERCA DE VALORES RETIDOS A TÍTULO DE DEPÓSITO RECURSAL EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgInt no CC n. 152.280/GO, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2018, DJe 14/8/2018.)

Extraio do último precedente citado (AgInt no CC n. 152.280/GO) a seguinte fundamentação, bastante elucidativa, da matéria:

Outrossim, não se sustenta a assertiva no sentido de que o depósito recursal efetuado perante o juízo laboral não poderia ser revertido para as recuperandas, ora agravadas, nem tampouco disponibilizado ao juízo recuperacional, sob a alegação de compor o patrimônio do credor trabalhista e de ter sido realizado de forma voluntária, posto que é assente na jurisprudência desta Egrégia Corte que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei 7.661/45 ou da Lei 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo juízo universal, incluindo a deliberação acerca da destinação dos valores atinentes aos depósitos recursais feitos em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação.

Também no julgamento do AgInt no CC n. 152.900/SP, ocorrido em 23/5/2018, o em. Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região) destacou em seu voto que "o Superior Tribunal de Justiça considera ser da competência precípua do Juízo

singular apenas a apreciação e julgamento das ações ou homologação de acordos que se relacionem a créditos perseguidos em face de empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei 7.661/45 ou da Lei 11.101/2005, mas que, ultrapassada a fase de cognição, os valores, ainda que relativos a anteriores depósitos recursais ou penhoras, deverão ser habilitados, conquanto de forma retardatária, no Juízo Universal da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento" (SEGUNDA SEÇÃO, DJe 1º/6/2018).

Especificamente da Lei n. 11.101/2005, em vigor, é oportuno reproduzir as seguintes normas que determinam a expressa arrecadação dos bens da falida, para que o Juízo universal delibere sobre eles:

Art. 108. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias.

[...]

§ 3º O produto dos bens penhorados ou por outra forma apreendidos entrará para a massa, cumprindo ao juiz deprecificar, a requerimento do administrador judicial, às autoridades competentes, determinando sua entrega.

Diante do exposto, CONHEÇO do presente conflito positivo de competência a fim de DECLARAR COMPETENTE o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO – SP para dispor sobre atos de constrição e expropriação referentes ao patrimônio da massa falida.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator